

<p>Lei n. 13.709/2018</p> <p>Provimento CGJ/SC n. 24/2021</p> <p>CNN/CN/CNJ-Extra</p> <p>CNCGFE/SC</p>	<p><b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS</b></p> <p><b><u>1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE TIMBÓ/SC</u></b></p>	<p><u>Última alteração:</u> 23 de março de 2026</p> <p><u>Entrada em vigor:</u> 01 de julho de 2021</p>
--	--	---

## SUMÁRIO:

### OBJETIVO

#### 1. CONCEITOS PRINCIPAIS DA LGPD – DADOS

##### 1.1 Dado pessoal

##### 1.2 Dado pessoal sensível

##### 1.3 Dado anonimizado

#### 2. AGENTES e COMPETÊNCIAS

##### 2.1 Controlador

##### 2.2 Operador

##### 2.3 Encarregado

#### 3 ATIVIDADES DE TRATAMENTO

#### 4 REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

##### 4.1 Do consentimento

##### 4.2 Da finalidade

##### 4.3 Mapeamento das atividades no 1 RI Timbó – fluxograma

##### 4.4 Sites de terceiros

#### 5 TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS

#### 6 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

#### 7 DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

#### 8 DO TRATAMENTO DE DADOS PELO 1 RI Timbó

##### 8.1 Compartilhamento de dados pessoais

##### 8.2 Da Segurança

#### 9 DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

#### 10 TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

#### 11 DAS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA

#### 12 ALTERAÇÕES À PRESENTE POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

#### 13 FALE CONOSCO

#### 14 UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

## OBJETIVO

Através desta Política de Privacidade, a serventia informa ao público em geral, qual a natureza, o âmbito e a finalidade dos dados pessoais que recolhemos, usamos e processamos. Além disso, os titulares dos dados são informados, através desta política, dos direitos a que têm direito.

Este documento estabelece diretrizes e procedimentos no 1 RI Timbó para o tratamento dos dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), com o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014), com o Provimento da CGJ/SC n. 24 de 05.05.2021, com o Provimento CNJ nº 213/2026, e com o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial

## 1. CONCEITOS PRINCIPAIS DA LGPD - DADOS

*(De acordo com o art. 5º, incisos I ao III, da LGPD)*

**1.1 Dado pessoal:** é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que permita identificar direta ou indiretamente um indivíduo, é considerada um dado pessoal.

Exemplos: nome, RG, CPF, CNH, nacionalidade, gênero, data e local de nascimento, número do telefone, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), etc.

**1.2 Dado pessoal sensível:** diz respeito aos dados que revelam informações pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, à saúde ou à vida sexual, à genética ou à biometria.

**1.3 Dado anonimizado:** é o dado relativo a um indivíduo que não possa ser identificado, pois passou por algum meio técnico de tratamento para garantir sua desvinculação, direta ou indireta, a uma pessoa.

## 2. AGENTES e COMPETÊNCIAS

*(De acordo com o art. 5º, incisos VI ao IX, e art. 37 ao 41 da LGPD)*

**2.1 Controlador:** pode ser uma pessoa natural ou pessoa jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, ou seja, o controlador é responsável pelo tratamento dos dados. O Controlador tem, entre outras, as seguintes competências previstas na LGPD:

- manter registro das operações de tratamento de dados pessoais;
- elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, relativo ao tratamento de dados;
- orientar o operador quanto ao tratamento de dados segundo instruções internas, da legislação vigente e das regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

No 1 RI Timbó, o Controlador é o 1º Ofício do Registro de Imóveis de Timbó, representado por Iara Maria dos Anjos.

**Informações de contato:** <https://www.1ritimbo.com.br/>

**2.2 Operador:** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador.

No 1 RI Timbó, operador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, externa ao quadro funcional da Serventia, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador.

**2.3 Encarregado:** é a pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

De acordo com a LGPD, o Encarregado é responsável por:

- receber as reclamações e comunicações dos titulares, responder e adotar providências;
- receber as comunicações da ANPD e adotar as providências necessárias;
- orientar todos os colaboradores da instituição sobre as práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- executar outras atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares estabelecidas pela ANPD.

### **Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do 1 RI Timbó:**

Nome: João Vicente Schroeder - Escrevente

Endereço: Rua General Osório, 311, sala 104, Centro – TIMBÓ/SC.

Telefone: (47) 3382-2804

Endereço eletrônico: protocolo7@1ritimbo.com.br

## **3. ATIVIDADES DE TRATAMENTO**

*(De acordo com o art. 6º, incisos I ao X da LGPD)*

O tratamento de dados pessoais é qualquer ação que se faça com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Além da **boa-fé**, são **princípios** a serem seguidos pelo 1 RI Timbó para as atividades de tratamento de dados pessoais, segundo a LGPD:

- finalidade legítima, específica e explícita, que deve ser informada ao titular. É vedado o tratamento posterior dos dados para outras finalidades e fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- adequação do tratamento dos dados, que deve ser compatível com as finalidades informadas ao usuário;
- necessidade do tratamento dos dados limitada aos objetivos para os quais serão processados, abrangendo somente os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos, em relação à finalidade do tratamento dos dados para a qual foram coletados;

- livre acesso: a consulta sobre a forma, a duração do tratamento, e a integralidade de seus dados pessoais deve ser gratuita e facilitada aos titulares;
- qualidade dos dados: também é garantido aos titulares que os seus dados sejam tratados e apresentados com exatidão, clareza, relevância, além de serem atualizados de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- segurança e prevenção: garante a utilização de medidas técnicas e administrativas adequadas ao tratamento e proteção de dados pessoais quanto aos acessos não autorizados e a situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- não discriminação: diz respeito à proibição do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- responsabilização e prestação de contas: o agente deve demonstrar que tomou as providências necessárias e medidas eficazes para o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

#### 4. REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

*(De acordo com o art. 7º, incisos I ao X, e caput art. 23)*

O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado de acordo com o exposto e inequívoco **consentimento** do usuário ou, ainda, nas seguintes hipóteses:

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- pela administração pública, para a execução de políticas públicas, incluindo o tratamento e uso compartilhado de dados;
- para a realização de estudos por órgão de pesquisa, via anonimização dos dados pessoais, sempre que possível;
- quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;
- para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- para a proteção da vida ou da segurança física do titular ou de terceiro;
- para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- quando necessário para atender ao legítimo interesse do controlador ou de terceiro;
- para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente; e
- atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências ou cumprir as atribuições legais do serviço judicial.

Entende-se o **legítimo interesse** do controlador como base legal para tratamento de dados pessoais em situações de apoio e promoção as suas atividades ou, ainda, a proteção do exercício regular de seus direitos ou da prestação de serviços

que o beneficiem, respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

Nesse caso, a finalidade deve ser indicada e pautada em fundamentações claras e legítimas, a partir de situações concretas, e somente serão coletados os dados estritamente necessários para essa finalidade.

#### **4.1 Do consentimento**

*(De acordo com o art. 8º da LGPD)*

- O consentimento referente à coleta de dados do usuário é obtido de forma livre, expressa, individual, clara, específica e legítima e poderá ser revogado a qualquer momento pelo usuário.
- O consentimento é dispensado para o tratamento de dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular, desde que seja realizado de acordo com a finalidade, a boa-fé e o interesse público, resguardados os direitos do titular.
- Ao acessar o conteúdo do site, o usuário está consentindo com a presente Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais e autoriza a coleta e o tratamento dos dados conforme os princípios e diretrizes descritas neste documento.
- Caso não esteja de acordo com esta normativa, poderá descontinuar o seu acesso.

#### **4.2 Da finalidade**

*(De acordo com o art. 9º)*

O tratamento de dados pessoais tem por finalidade a prestação dos serviços extrajudiciais ou administrativos, ou, ainda, para o exercício de direito, nos termos da legislação vigente.

Quando houver a solicitação de um serviço esta serventia irá solicitar do usuário/cliente o seu consentimento para coleta dos dados de número de telefone, e endereço de e-mail, caso queira receber notificação por e-mail ou mensagem, em relação ao andamento de suas solicitações.

Estes dados são solicitados no protocolo de atendimento do serviço solicitado e inserido no sistema da serventia para organização da logística de comunicação com o cliente.

A comunicação será realizada apenas durante o andamento da prenotação/protocolo na serventia.

Finalizado a prestação de serviço, as notificações pelos meios fornecidos serão encerradas automaticamente.

O usuário que não consentir com a disponibilização das informações dos dados deverão entrar em contato com a serventia para tomar conhecimento do andamento do serviço solicitado, nos canais de atendimento constantes deste site.

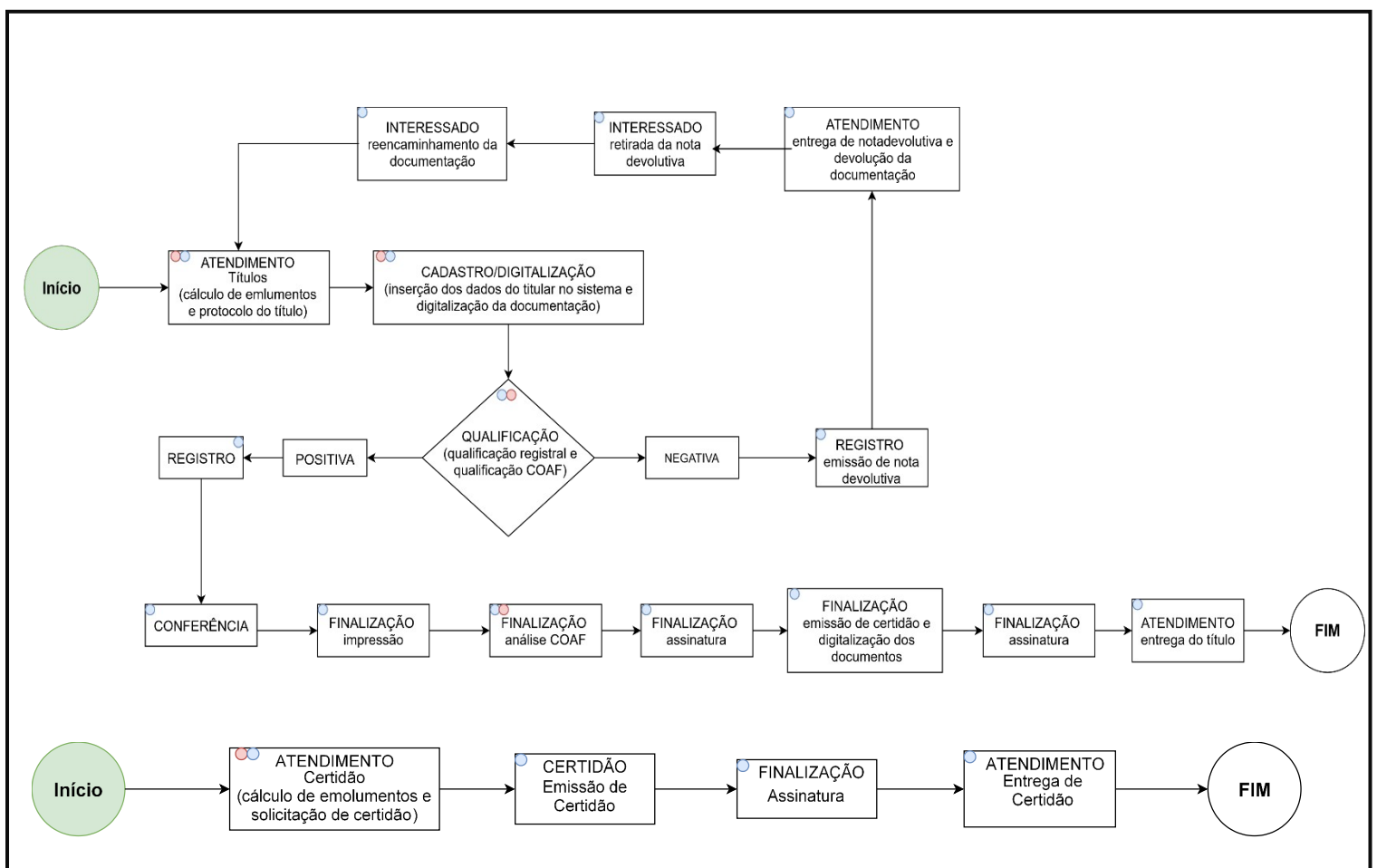
### 4.3 Mapeamento das atividades no 1 RI Timbó – fluxograma:

Podem ser coletados e processados os dados pessoais por obrigação legal ou para os interesses legítimos da instituição exceto quando esses interesses forem anulados por seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais.

O usuário tem direito ao acesso dos dados, bem como informação com quem seus dados são compartilhados, a obter informações sobre os critérios e procedimentos automatizados de tratamento, bem como solicitar a revisão.

Não haverá nenhuma forma de tratamento de dados pessoais sensíveis, que possam propiciar quaisquer formas de discriminação.

#### Fluxograma dos processos:



Legenda: ● Dados pessoais ● Atendimento aos princípios da LGPD

Na solicitação de um serviço, esta serventia coletará os dados necessários à prática dos atos de seu ofício visando o cumprimento de disposições legais, normativas ou baseadas no consentimento do usuário.

Os dados coletados têm a função de:

- (i) qualificação das partes dos atos que envolvam os registros e averbações;
- (ii) acompanhamento online dos serviços no site <https://1ritimbo-sc.sistemaasgard.com.br/#!/acompanhamento-online>;
- (iii) emissão e envio de selo digital no site do TJ/SC;
- (iv) emissão de declaração de operações imobiliárias à Receita Federal;
- (v) emissão de declaração de operações suspeitas previstas na Lei 9.613/1998 ao SISCOAF;
- (vi) envio de dados para o ONR;
- (vii) emissão de relatórios exigidos pelo Incra.

Para a prática de atos registrais, são coletados dados determinados por lei, norma ou jurisprudência, para cumprimento de princípios registrais: nome, CPF, RG, data de nascimento, casamento, união estável, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial, óbito, filiação, nacionalidade, estado civil, endereço e profissão.

#### **4.4 Sites de terceiros**

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais se aplica somente ao site e no atendimento ao público do 1 RI Timbó e não abrange serviços de terceiros disponibilizados por intermédio desse site, os quais deverão ter seus próprios termos e políticas de privacidade.

### **5. TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS**

*(De acordo com o art. 11 da LGPD)*

- O 1 RI Timbó realiza o tratamento de dados sensíveis de acordo com o consentimento do titular, ou do seu responsável legal, de forma específica e destinada a finalidades específicas.
- Esse consentimento é dispensado para o cumprimento de obrigação legal, ou regulatória pelo controlador; para o tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; para o exercício regular de direitos; para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

### **6. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

*(De acordo com o art. 14 da LGPD)*

- O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes no 1 RI Timbó tem a finalidade de atender seu melhor interesse e é realizado com o consentimento expresso e em destaque de um dos pais ou responsável legal, bem como específico quanto à finalidade do tratamento.
- Será publicada a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos de proteção dos dados pessoais.

## **7. DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

*(De acordo com o art. 15 e 16 da LGPD)*

De acordo com a LGPD, o término do tratamento de dados pessoais pelo 1 RI Timbó ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;
- fim do período de tratamento;
- comunicação do titular quanto à revogação do consentimento, resguardado o interesse público; ou
- determinação pela autoridade nacional, quando houver violação à proteção de dados pessoais.

O 1 RI Timbó realiza o tratamento de dados pessoais pelo tempo necessário para cumprir a finalidade para os quais foram coletados, de acordo com sua base legal. Quando no término do tratamento, os dados pessoais serão eliminados, sendo autorizada a conservação nas situações previstas na legislação vigente.

## **8. DO TRATAMENTO DE DADOS PELO 1 RI Timbó**

*(De acordo com o art. 23 a 30 da LGPD)*

A LGPD (Lei 13.709/2018) se aplica ao registro imobiliário, tanto pela amplitude da definição “tratamento de dados” do art. 3º, quanto pela expressa sujeição das serventias extrajudiciais às normas de tratamento de dados do Poder público no art. 23, §4º.

Em essência, os sistemas de registro público são sistemas de informação, recolhendo e organizando um conjunto de dados a fim de lhes dar publicidade a terceiros. Desse modo, temos que as serventias extrajudiciais realizam tratamento de dados pessoais a todo momento. Podemos apontar os seguintes dados pessoais que circulam nos registros imobiliários, sem prejuízo de outros: nome, endereço, data de nascimento, estado civil, número de identidade, preço da compra de imóvel, a existência de ônus sobre a propriedade e o seu valor, etc.

Para as serventias extrajudiciais, o tratamento de dados pessoais deverá ser realizado para atender à finalidade pública da organização, com o fim de executar as competências ou atribuições legais estabelecidas para o serviço público (art. 23, caput).

Pela atividade fim em que as serventias estão submetidas é dispensando a coleta do consentimento do usuário, desde que amparado no interesse público e que sejam informados os procedimentos e práticas utilizados no tratamento de dados. O artigo 7º, §§ 3º e 4º da LGPD estabelece a dispensa à exigência do consentimento quando os dados pessoais se tornarem manifestamente públicos por atuação do próprio titular ou quando houver a necessidade de disponibilizá-los (dados de acesso público), levando-se em conta a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificam a disponibilização.

Salientamos que nos enquadrados no conceito de pessoa jurídica de direito público, nos termos do artigo 23, § 4º, da Lei 13.709/18, sendo assim, dispensado

o prévio consentimento do titular dos dados, nos termos do artigo 7º, incisos II e III, da citada lei, uma vez que o tratamento de dados pessoais é realizado para o atendimento da finalidade pública da nossa atividade, com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições legais do serviço público registral. Com base na legislação vigente, prazos e procedimentos para exercício dos direitos do titular observarão o disposto em legislação específica, tais como:

- Lei Federal n. 13.709/2018
- Lei Federal n. 6.015/1973
- Lei Federal n. 8.935/1994
- Lei Federal n. 9.613/1998
- Lei Federal n. 13.465/2017 (art. 76 e ss)
- Lei n. 4.947/1966
- Decreto n. 4.449/2002
- Provimento CNJ n. 213/2026
- Provimento CNJ n. 149/2023
- Provimento CNJ n. 89/2019
- Provimento CNJ n. 88/2019
- Provimento CNJ n. 74/2018
- Provimento CNJ n. 61/2017
- Provimento CNJ n. 50/2015
- Provimento CNJ n. 39/2014
- IN RFB n. 1.112/2010
- Lei Estadual n. 8.067/1990
- Provimento CGJ/SC n. 24/2021
- Código de Normas CGJ/SC
- CNN/CN/CNJ-Extra

## **8.1 Compartilhamento de dados pessoais**

É da natureza do serviço público prestado nesta serventia, a publicidade dos atos registrados em seus livros, devendo ser extraídas na forma do que dispõe o artigo 16 da Lei 6.015/73.

Asseguramos aos usuários que nenhum dado pessoal será cedido, por via gratuita ou comercial, a empresas de marketing.

Em determinadas circunstâncias, amparadas por lei ou em razão de determinação legal ou judicial, a serventia reserva o direito de compartilhar ou transferir dados pessoais. Por exemplo:

- para manter a integração com as entidades e órgãos públicos e associações;
- para oferecer serviços online aos cidadãos;
- para empresas contratadas para auxiliar diretamente ou indiretamente na manutenção dos serviços extrajudiciais ou administrativos.

O compartilhamento de dados pessoais realizado pelo 1 RI Timbó com outras instituições públicas ou privadas deverá observar a conformidade destas com a LGPD.

## **8.2 Da Segurança**

A serventia implementou e continuará implementando inúmeras medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, como previsto nos §§ 1º e 2º do art. 46 da LGPD e no Provimento CNJ nº 74/2018, além de implementar os padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços, exigidos pelo Provimento CNJ nº 74/2018.

O 1 RI Timbó possui Política de Segurança da Informação, além de Plano de Contingência.

## **9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS**

*(De acordo com o art. 17 a 22 da LGPD)*

O titular dos dados pessoais que faz uso do 1 RI Timbó poderá, a qualquer tempo e por meio de requisição específica, obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais perante o 1 RI Timbó, garantidos os seguintes direitos:

- Confirmar a existência de tratamento de dados pessoais de sua titularidade pela Serventia;
- Ter acesso aos dados pessoais de sua titularidade tratados pela Serventia e às finalidades do tratamento;
- Solicitar a correção de dados pessoais de sua titularidade tratados pela Serventia;
- Solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais de sua titularidade tratados pela Serventia;
- Solicitar portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto;
- Solicitar eliminação de dados pessoais de sua titularidade tratados pela Serventia com o seu consentimento;
- Saber com quais entidades públicas e privadas a Serventia compartilha os dados pessoais de sua titularidade;
- Ser informado quanto à possibilidade de não fornecer à Serventia o consentimento para tratamento de dados pessoais de sua titularidade, nos casos previstos em Lei, bem como as consequências da negativa;
- Revogar o consentimento anteriormente fornecido para tratamento de dados pessoais de sua titularidade pela Serventia.

O tratamento de dados pessoais na serventia é realizado de forma transparente, lícita e justa, mantendo o registro das atividades, conforme arts. 7º, 8º 11 e 14 da LGPD.

Os titulares dos dados têm o direito de acesso aos seus dados pessoais e quaisquer solicitações feitas para a serventia, conforme art. 20 da LGPD, ressalvado o disposto no artigo 16 da Lei 6.015/73.

Cabe destacar que:

- Solicitação de acesso a dados pessoais: os dados do Registro Público de Imóveis sujeitam-se às disposições da legislação registral aplicável, que vinculam o direito de acesso ao conteúdo dos atos de registro constantes no fôlio real, na forma de certidão ou informações, ao pagamento dos emolumentos devidos, nos termos do Art. 14 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) e Art. 30, incisos VIII e X da Lei nº 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores).

- Solicitação de correção de dados pessoais: os dados do Registro Público de Imóveis sujeitam-se às disposições da legislação registral aplicável, que estabelece procedimento específico para a retificação do registro, averbação ou anotação nos moldes previstos no Art. 213 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos).

- Solicitação de eliminação de dados pessoais: os dados do Registro Público de Imóveis não poderão ser eliminados do fôlio real, por constituírem dados tornados manifestamente públicos pelo titular, considerando a própria publicidade que se espera dos serviços notariais e registrais para a constituição de direitos, aos quais se dispensa a coleta de consentimento (Art. 7º, §4º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais c/c Art. 1º da Lei de Registros Públicos).

Os titulares dos dados pessoais podem exercer o seu direito, através da solicitação no Canal de atendimento ao Titular de Dados Pessoais, no link: <<https://www.registrodeimoveis.org.br/privacidade>>

## 10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

*(De acordo com o art. 33 a 36 da LGPD)*

Segundo a LGPD, a transferência internacional de dados pessoais somente será permitida nos seguintes casos:

- para países ou organismos internacionais com grau de proteção de dados pessoais adequado;

- comprovação de garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados pessoais, tais como: cláusulas contratuais específicas, cláusulas-padrão dos contratos, normas corporativas globais, selos e certificações regularmente emitidos;

- cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, para fins de investigação;

- proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

- autorização da ANPD;

- compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;

- execução de política pública ou atribuição legal do serviço público;

- mediante consentimento específico e em destaque do titular dos dados pessoais;

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;

- execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular; e
  - exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- Considerando a prestação do serviço, a transferência internacional de dados pelo 1 RI Timbó será realizada com fundamento nas bases legais estabelecidas nesta Política e nos termos da legislação vigente.

## **11. DAS BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DO 1 RI TIMBÓ**

*(De acordo com o art. 46 a 51 da LGPD)*

- Em conformidade com os princípios da LGPD e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, o 1 RI Timbó garante que os dados pessoais coletados são tratados de forma íntegra e segura, de acordo com padrões de segurança da informação, confidencialidade e integridade pelo tempo for necessário para realizar as finalidades para as quais foram coletados ou para cumprir com os requerimentos legais aplicáveis.

- No entanto, é necessário esclarecer que nenhum sistema é completamente seguro. Conforme previsto na legislação, as medidas de segurança existentes consideram a natureza dos dados e de tratamento, os riscos envolvidos, a tecnologia existente e sua disponibilidade.

- Os dados pessoais tratados pelo 1 RI Timbó são considerados sigilosos e somente serão acessados por pessoas autorizadas e capacitadas para lhes conferir o tratamento adequado, conforme medidas de segurança adequadas para a proteção contra acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de dados pessoais coletados e armazenados.

- Os colaboradores do 1 RI Timbó estão proibidos de fazer uso do celular dentro das dependências da serventia.

- A serventia possui sistema de segurança de monitoramento e alarme.

- Nossos colaboradores têm conhecimento da nossa Política de Proteção a Dados Pessoais e à Privacidade e a violação das normas previstas pode acarretar sanção disciplinar. Todos os nossos colaboradores assinam um termo de confidencialidade e sigilo e são orientados a atuarem apenas dentro dos fins e limites especificados na legislação que regula a atividade registral.

- No 1 RI Timbó os documentos físicos que contêm dados pessoais e dados pessoais sensíveis são armazenados sala com controle de acesso.

- Caso o usuário retire seu consentimento para finalidades fundamentais ao funcionamento do site, algumas funcionalidades poderão ficar indisponíveis.

- Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a ocorrência será comunicada à ANPD e ao titular quando envolver risco ou dano relevante.

- A comunicação sobre a descrição da natureza, riscos, titulares envolvidos, medidas técnicas e de segurança utilizadas, risco e medidas adotadas para o tratamento do incidente, será feita conforme o prazo definido pela ANPD.

A governança de dados pessoais no 1 RI Timbó está sendo implementada em conformidade com a LGPD e com as boas práticas de governança.

## **12. ALTERAÇÕES À PRESENTE POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais poderá ser alterada a qualquer tempo caso haja necessidade.

Por isso, recomenda-se que seja consultada com regularidade e verificada a data de modificação.

## **13. FALE CONOSCO**

Se após a leitura desta Política de Privacidade Proteção de Dados Pessoais restar qualquer dúvida ao usuário, ou por qualquer razão precisar se comunicar para assuntos envolvendo os seus dados pessoais, o contato poderá ser realizado pelo canal abaixo:

E-mail do encarregado de dados: [protocolo7@1ritimbo.com.br](mailto:protocolo7@1ritimbo.com.br)

## **14. UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Esta Política pode ser utilizada para promover uma cultura de privacidade e a conscientização das pessoas para a proteção de seus dados pessoais, pois os conceitos nela contidos não se aplicam somente ao 1 RI Timbó.

Utilize os conceitos desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais sempre que tiver dúvidas quanto ao tratamento dos seus dados pessoais também na sua vida privada e na relação com outras organizações públicas ou privadas. Todos que tratam dados pessoais são responsáveis por sua proteção, inclusive o próprio titular.